

VIOLÊNCIA LACRADA (*).

PAULO DE SALLES OLIVEIRA

Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo.

“O erro dos historiadores e cientistas políticos que estudaram o Brasil nos últimos 40 anos foi presumir que os governos fortes intercalavam governos democráticos, quando, na verdade, era evidente que os governos democráticos é que eram os entreatos de governos fortes”. (Ronald Schneider).

Não é de agora que, especialmente nos meios oficiais, se veicula a idéia de que *o povo brasileiro* é bom, generoso, sensível, ordeiro, cordial, infenso às lutas fratricidas e ao derramamento de sangue. Tanto assim que estas palavras, uma vez proferidas, não soam de modo estranho aos nossos ouvidos, acostumados que estamos, desde os primeiros anos de escolaridade, a escuta-las nas aulas, nas solenidades cívicas, nos discursos etc.

Este tipo de mensagem, entretanto, parece não ter sido captado por muitos daqueles que se interessaram mais detidamente pelos problemas que a formação social brasileira vem apresentando. É o caso de Ronald Schneider, citado na epígrafe, cujas palavras não deixam de colocar uma advertência das mais pertinentes: se *o povo* é tão generoso, como se explica o fato de ser governado sob as formas mais autoritárias?

De fato, situando historicamente a questão, a tradição da não-violência na história do Brasil teve sua origem num período dos mais tumultuosos. Curiosamente, foi justamente nos tempos regenciais (1831-1840) que os adeptos do centralismo monárquico procuraram a todo custo encontrar o maior número de argumentos possíveis para enquadrar toda a sorte de violência como atos de pura rebeldia, que só

(*). — Estas primeiras indagações sobre a violência na história do Brasil fazem parte de um projeto de Iniciação Científica (*Bibliografia básica para a história dos movimentos sociais no Brasil, 1789-1972*), orientado pelo Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota e financiado pela FAPESP, a quem expressei meu reconhecimento.

tinham por finalidade empanar o brilho das tradições de disciplina, que caracterizariam o período monárquico até então. A obra de Varnhagen, em específico a *História Geral do Brasil*, é disto uma das testemunhas mais eloquentes.

Justamente esta *curiosidade* está a merecer maior atenção da parte dos historiadores. Por que, num período de violência, se acenar exatamente para a cordialidade? À primeira vista, isto parece um contra-senso. Entretanto, a verdade é que a coexistência de ambos elementos tem sido uma constante na realidade brasileira, em nada desmentida nos dias atuais. Por que um fenômeno que até hoje conserva sua atualidade foi, até agora, muito mais aceito enquanto tal do que discutido a partir de sua originalidade?

Mais ainda. Este desafio — pelas características de longa duração de que se reveste — é tarefa endereçada particularmente ao historiador, afeito que está ao trabalho com longos períodos, sempre buscando a origem (muito mais remota do que costumeiramente se poderia supor) dos fenômenos, procurando situa-los não apenas num determinado contexto social, mas, além disto, num processo histórico.

Já se disse, com propriedade, que o passado pesa miticamente sobre nós. Ao historiador cabe recorrer aos tempos passados, buscar entender geneticamente (e não genericamente — a confusão pode ser mortal) os fenômenos para em seguida entendê-los estruturalmente num determinado processo, que lhe permite visualizar a totalidade do problema. Através deste procedimento que lhe é próprio e que o define, o historiador tem condições de debulhar o conteúdo mítico do passado e de estabelecer as pontes (nem sempre em linha evolutiva) para uma compreensão mais global dos problemas, que, postos no passado, resistem ao presente.

O debate inicial nos remete para a aparente incongruência que se estabelece entre a tradição não-violenta atribuída ao *brasileiro* e sua convivência com períodos de agitação. Escrevendo em 1914, Oliveira Lima não deixou de reiterar as palavras de Varnhagen:

“O Brasil imperial constituiu um modelo de liberdade e paz para a América Latina e forneceu pelo menos uma imagem real de civilização, emanada do trono, ao tempo em que as sociedades hispano-americanas se debatiam em meio à desordem e selvajaria” (1).

(1). — Cf. Manuel de Oliveira Lima, *The Evolution of Brazil as Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, citado por Henry H. Keith em *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Trad. de J. L. Melo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 11.

Procurando fazer um paralelo entre o Brasil e as repúblicas sul-americanas, Oliveira Lima reafirmou a exaltação do período imperial por ter levado de vencida as desordens que ocorreram, fato este que, segundo sua interpretação, não foi conseguido por nenhum outro Estado da América do Sul. Ao lado de um Brasil *disciplinado*, contrapunham-se verdadeiros antros de *selvajaria* e *desordem*.

A imagem pacífica diferenciava o Brasil dos “demais”. A generosidade e a disciplina estavam definitivamente incorporadas ao *brasileiro*. Tal foi a sua difusão que, já durante a República, a mesma tradição de não-violência foi, como de costume, invocada pelos homens que exerciam o poder a fim de se perpetuarem nele, juntamente com o grupo de interesses de que faziam parte (2).

E não foi só nos meios políticos que a imagem frutificou. Entre os intelectuais, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre são apenas alguns exemplos dos que cultuaram as tradições pacíficas do *carater cordial* como sendo a verdadeira *essência* de todo o comportamento *brasileiro*, indistintamente (3). Desta forma, toda manifestação da violência na história do Brasil não passaria de uma exceção, ou até mesmo, de uma aberração. Isto porque, segundo dizem, todos temos *boa índole*. Por *formação*, sempre fomos contrários às hostilidades. Por *vocação*, sempre fomos democráticos.

Mas, afinal, que violência é esta? Se ela não está no *carater nacional brasileiro*, por que precisa ser a todo instante exorcizada? (4).

(2). — A utilização da violência como forma de preservar a autoridade nem sempre foi privilégio dos grupos que ocupam o poder. Em monografia ainda não editada, Izabel Andrade Marson, estudando a ideologia dos periódicos republicanos à época da Praieira (1848), mostra como a violência servia de parâmetro também para as facções que se alinhavam na oposição: denunciava-se o estado de coisas e responsabilizava-se a situação como incapaz de exercer o controle do jogo político, falhando em sua missão de promover a ordem e o bem-estar.

(3). — Cf. Carlos Guilherme Mota, “Os Fazendeiros do Ar”. Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*, 2-9-1973.

(4). — Esta violência, que o mito da cordialidade pretende apagar, vem sendo objeto de muitas inquietações, a julgar pela produção historiográfica de obras como as de: Eric J. Hobsbawm (*Les Bandits*. Trad. de J. P. Rospars, Paris, Maspero, 1972); Maria Sylvia de Carvalho Franco (*Os Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, IEB, 1969); José Honório Rodrigues (*Conciliação e Reforma no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965 e *História e Historiografia*, Petrópolis, Vozes, 1970 — artigo sobre rebeldia entre os escravos); Clóvis Moura (*Rebeliões da Senzala*, 2a. ed. Rio de Janeiro, Conquista, 1972); Olavo Brasil de Lima Jr. e Maria Lúcia Klein, com um trabalho sobre a violência no período regencial, publicado pela Revista *Dados*, nº 7; Henry H. Keith (“A tradição não-violenta na história do Brasil: mito que precisa ser demolido?” em KEITH, Henry H. e EDWARDS, S. F. *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Trad. de J. L. Melo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, pp. 270-281).

José Honório Rodrigues, na introdução do seu livro *Conciliação e Reforma no Brasil*, coloca a questão como um desafio a historiador:

“A visão retrospectiva deve servir para mostrar que estas feições características de nossa história não são nem acessórias, nem fortuitas, pois estão enraizadas em nosso passado”.

Sobre a violência, José Honório Rodrigues assume uma posição taxativa:

“Seria falso, ainda assim, dizer-se que nossa história desconhece o processo sangrento, pois o sofrimento, a miséria e a fome nos acompanham a séculos (...) devemos contar com todos estes elementos, que têm sido obscurecidos por uma historiografia a serviço das elites e pelo grande desconhecimento de nossa formação” (p. 13).

“História cruenta e incruenta se alternam no processo histórico brasileiro, embora seja correto e justo afirmar que os exemplos de conciliação predominam” (p. 59).

“... a estabilidade brasileira é uma rocha. Não muda nada. As instituições econômico-sociais permanecem as mesmas, independentemente dos nomes transitórios que as comandam” (p. 13).

Evidentemente, José Honório leva seu pensamento ao extremo oposto daqueles que contribuíram para a difusão da teoria da cordialidade. Acreditamos que ele não deixa de ter razão quando nega esta *generosidade do povo brasileiro* e mostra que, além dos inúmeros movimentos que irromperam em nossa história, sempre se conviveu no Brasil com a fome, a miséria e o sofrimento. É lógico que estes atributos não são uma exclusividade brasileira. Porém, eles *tambem* são uma forma de violência e — ao lado do derramamento de sangue — deixaram marcas profundas na história do Brasil.

Aos nossos olhos, todavia, José Honório Rodrigues foi longe demais ao afirmar que no Brasil muda-se o nome das instituições, mas, na prática, nada se muda. As mudanças sempre existiram na história e o caso do Brasil certamente não haveria de se tornar uma exceção. A Revolução de 30, por exemplo, pode não ter realizado mudanças radicais e totais (como talvez desejasse José Honório — a julgar pelo prefácio da 4ª ed. de *Aspiração Nacionais*) mas o fato é que ela realmente promoveu uma revolução no âmbito político-institucional, destruindo toda a velha “máquina burocrática” que havia montado e estruturado a República Velha. Os setores agrários, dominantes e so-

beranos na Primeira República, não foram de todo afastados do poder, porem perderam a sua hegemonia e toda a dinâmica político-institucional foi inteiramente redefinida (5).

Por outro lado, as mudanças não precisam necessariamente resultar de movimentos radicais e totais. Se sustentarmos intransigentemente que sem uma Revolução (e quando se fala em revolução geralmente se pensa imediatamente nos modelos russo e francês) tudo permanece estagnado, estaremos passando por cima de numerosas manifestações sociais, das quais a história do Brasil é bastante pródiga em exemplos.

Hobsbawm é um dos poucos historiadores a chamar a atenção para estas questões. No seu livro, *Os Rebeldes Primitivos* (6), adverte logo de início que:

“Os assuntos do presente livro não se encaixam em nenhuma categoria” (p. 12).

E a dificuldade em classificar, dentro de um esquema rígido, os movimentos que são objeto da análise nem por isso os torna “secundários”. Isto porque o próprio Autor é o primeiro a constatar que:

“Os homens e as mulheres referidos neste livro constituem a grande maioria em muitos e, talvez, em quase todos os países hoje em dia...”.

Exatamente dentro desta mesma linha de raciocínio é que se pretende enfatizar a expressividade de uma série de movimentos quase esquecidos na história do Brasil. Referimo-nos especificamente aos movimentos como: banditismo, revoltas de escravos, movimentos messiânicos, movimento operário e movimento estudantil (7). Destes, apenas o movimento operário mereceu maior número de estudos, mas, mesmo assim, muito há por se fazer. Todos eles tem em comum a característica de que não possuem uma data histórica *determinada* e

(5). — Idéias que nos foram sugeridas pela conferência proferida por Francisco Correa Weffort “A Revolução de 30 e a crise de hegemonia no Estado brasileiro”, a 7 de fevereiro de 1973 na Universidade de São Paulo.

(6). — Eric J. Hobsbawm, *Os Rebeldes Primitivos*. Trad. de N. Rissone, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

(7). — A respeito de cada um destes movimentos ver os trabalhos já citados de Eric J. Hobsbawm e Clovis Moura, além dos de Duglas Teixeira Monteiro, *Os Errantes do Novo Século*, São Paulo, Duas Cidades, 1972; Francisco Correa Weffort, *Sindicatos e Política*, São Paulo, F.F.L.C. da U.S.P., 1972; Marialice M. Foracchi, *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, São Paulo, Ed. Nacional, 1965, entre tantos outros.

todos se exteriorizam de uma forma mais ou menos dispersa: uma manifestação aqui, outra ali, entremeadas por momentos de repressão e de “quietação” (lembrando Gonzaga) para depois ressurgir mais adiante, etc. .

O que se quer deixar claro é que, não obstante a importância dos movimentos “clássicos” na história do Brasil, aqueles que têm uma data histórica única e precisa (como 1789, Inconfidência Mineira; 1930, Revolução Liberal; 1824, Confederação do Equador etc.) existem também outros tipos de movimento que, além de não se enquadrar em nenhuma categoria, manifestam-se de modo disperso e/ou intermitente. Nem por isso deixam de ser importantes. Nem por isto deixam de ser inovadores e originais.

Outro fator a ser considerado, mudando totalmente o ângulo de análise, é o fato de que nem sempre a ausência de violência é sinal de integração e satisfação.

“Se a presença da violência não é forçosamente sempre um mal, afirma Joseph Love, também é verdade, por outro lado, que sua ausência não indica obrigatoriamente que todos os grupos estejam integrados ou satisfeitos. Pode-se reduzir o grau de violência revolucionária aumentando o poder do Estado ou melhorando as condições sociais” (8).

Realmente, as palavras de Love revelam grande sensibilidade para com os problemas da realidade brasileira. Basta lembrar, apenas para citar um único exemplo, o caso de Vargas; durante sua longa trajetória pelo poder, soube habilmente se utilizar das duas alternativas apontadas por Love, o que, de resto, lhe conferiu uma legitimidade popular das mais significativas em nossa história.

Desta forma, acreditamos seria abusar em demasia do esquematismo dizer — como o faz José Honório Rodrigues — que as elites e toda historiografia a seu serviço (no âmbito ideológico) são as responsáveis por toda a difusão que ganhou a idéia de cordialidade. Alguma responsabilidade é certo que ambas tiveram, mas o verdadeiro problema que se coloca ao se refutar esta interpretação é que nem sempre o poder e a autoridade do Estado se enfraquecem com a violência. Ao contrário, em muitos casos há um aumento do poder e da autoridade. Um dos exemplos mais significativos pode ser encontrado no ano de 1893, quando eclodiu a rebelião federalista nos Esta-

(8). — Cf. Joseph Love. *Comentário* em KEITH, H. H. e EDWARDS, S. F., *ob. cit.*, p. 286.

dos do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Em todas as frentes de luta, o que se fez foi se voltar contra a autoridade local do Estado. Entretanto, a ação do governo central foi toda ela dirigida no sentido de apoiar decididamente os legalistas contra os federalistas revoltosos. Assim, nas palavras de Henry H. Keith — o autor do exemplo,

“Os governos estaduais foram beneficiados pela própria rebelião que tivera em mira destruí-los” (9).

Outro foco de violência pode se localizar justamente dentro dos próprios organismos de poder — como ocorreu com as forças armadas em 1964 — e uma das saídas mais eficazes que o Estado encontra para contê-la, lembra ainda Keith, está no

“... aumento de benefícios sócio-econômicos proporcionados à população brasileira... (acompanhado) de um verdadeiro governo representativo que assegure a correta efetivação desses benefícios” (10).

O aumento do controle do governo central sobre a sociedade brasileira, acentuado notadamente após o decreto dos Atos Institucionais, recolocou significativamente o problema da violência; mas — ainda assim — de um modo muito violento. É o que não deixa de ser expressivo: acenando para a cordialidade do *povo brasileiro*.

(9). — Cf. Henry H. Keith, *ob. cit.*, p. 276.

(10). — Cf. Henry H. Keith, *ob. cit.*, p. 279.